



Intervenção sobre Políticas Públicas de Turismo e Transportes

Senhor Presidente da Assembleia

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente do Governo

Senhoras e Senhores Membros do Governo

Encontramo-nos hoje, aqui, a discutir o Programa do XIII Governo dos Açores.

Ao Partido Socialista, cabe um papel primordial na oposição política:

- O papel de fiscalizar, o papel de criticar, e o papel construir soluções alternativas.

Bem sabemos que para este novo PSD, ultrapassado que está o Processo de Transformismo em Curso a que foi submetido, as palavras “questionar”, “criticar”, “requerer” ou “propor”, na boca do PS, são arrogância insolente.

“Habituem-se! Agora o PS vai ter de comer a sopa toda!”, diz o novo líder parlamentar do PSD, perante o topete de exigirmos uma resposta a uma simples pergunta.

Não deixa de ser um sinal curioso, para não dizer, prenunciador de má notícia, do partido que censurava uma suposta arrogância socialista, que no primeiro dia, do primeiro debate, tenha à primeira pergunta difícil, respondido da forma altaneira que todos presenciaram.

Infelizmente, já vi que assim será!



Intervenção sobre Políticas Públicas de Turismo e Transportes

Senhor Presidente da Assembleia

Senhoras e Senhores Deputados

Vivemos, provavelmente, a maior crise económica e social das nossas vidas. Uma crise que chegou de fora, subitamente e sem aviso prévio, paralisando a atividade económica e social de um dia para o outro.

O embate da pandemia tem sido e continuará a ser, no médio prazo, tremendo: ao nível do emprego, da sustentabilidade das empresas e dos rendimentos das famílias açorianas.

Os mecanismos tradicionais de intervenção do Estado, anti-cíclico, pouco podem fazer perante esta situação. Não é ajustado apresentar um novo Programa de Governo, construído e baseado em velhas soluções para as crises económicas. Já não vivemos nos anos 70/80 preocupados com a inflação ou com choques petrolíferos ou na primeira década deste século, inquietos com a crise hipotecária, com a deflação, com estagnação económica ou com as dívidas soberanas irresponsáveis.

Esta crise é, de facto, diferente de todas as outras que já conhecemos e documentámos: ela é uma crise marcadamente de saúde pública, assinalada pela incerteza da sua duração, cujo combate teve e tem, como consequência primeira, uma crise abrupta no consumo de bens e serviços, afetando toda a cadeia económica e organização social.

Só no caso do turismo, sector que ganhou expressão significativa na nossa Região nos últimos 24 anos, a queda estimada pela OCDE a nível internacional, é de 80%.

No caso de uma Região de características insulares como a nossa, cujo *feder* turístico é exclusivamente dependente do transporte aéreo e marítimo, as consequências do prolongar da crise, podem ser profunda e estruturalmente danosas, especialmente se não se prosseguir o caminho que tem vindo a ser traçado no passado recente.



Intervenção sobre Políticas Públicas de Turismo e Transportes

Nos últimos anos, o turismo cresceu, cresceu muito, alargou-se para além da hotelaria tradicional, surgiram novos empresários e empregos, no alojamento local, na restauração, nos transportes, na animação turística ou no comércio tradicional. Muitos outros setores, por via indireta, também cresceram, como a agroindústria e as pescas, e alavancaram grande parte do seu valor acrescentado.

No Programa do Governo, para nosso espanto, na área do turismo, o que é bom não é novo, e o que é novo não é bom. Muito menos, é tomado em consideração o momento especial que vivemos.

Parecerá, certamente, um pouco estranho, para um qualquer empresário da área do turismo ou dela dependente, que tendo a Organização Mundial do Turismo previsto que a retoma ainda seja incerta no médio prazo e que os valores semelhantes aos ocorridos em 2019 só voltem a acontecer em meados da década de 2020, que o Programa do Governo só dedique pouco mais de duas linhas e meia à sobrevivência deste setor durante e depois desta tormenta.

Onde encontramos as medidas para apoiar a sobrevivência dos pequenos empresários, com pequenos negócios de alojamento local, de restauração ou de animação turística, entre outros?

Será que este novo Governo não percebeu que a sua nova imprevidência fiscal, de baixar o IRC, não irá beneficiar mais do que meia dúzia de grandes grupos económicos e apoiar em zero, repito, em zero, milhares de micro e pequenos empresários que seguramente não tiveram lucros para tributar no ano de 2020?

Onde encontramos referências à proteção dos postos de trabalho do sector e à manutenção da capacidade instalada?

Onde encontramos referências a medidas de incentivo ao turismo doméstico?



Intervenção sobre Políticas Públicas de Turismo e Transportes

Nada! Um vazio preocupante neste Programa de Governo, aparentemente, pouco trabalhado e irremediavelmente, desinspirado.

Ignora-se a Agenda para o Relançamento Social e Económico da Região Autónoma dos Açores, tal como se desconhecem as recomendações da OCDE no seu documento a “Reconstrução do Turismo no Futuro (...)”.

Consideramos que é fundamental restaurar a confiança dos viajantes, tanto no meio de transporte utilizado como no destino, através da promoção adequada.

Uma coisa é certa: devemos estar cientes de que não vamos estar sozinhos na retoma, que a oferta turística a nível mundial será durante algum tempo excedentária, com reflexos diretos e penalizadores no preço e que só uma aposta num turismo diferenciado e de qualidade, sustentável a todos os níveis, poderá revelar-se competitiva neste quadro global.

Senhoras e Senhores Deputados

Senhores Membros do Governo

Esta crise que atravessamos, tem particular impacto, também, no setor da aviação mundial. Hoje, é possível constatar quedas nos *load-factor* na ordem dos 60% e reduções na oferta de lugares disponíveis num número superior a 50%. Segundo a IATA, nas suas melhores previsões, a recuperação total só será possível em 2024.

Mesmo no próximo ano, fruto do lento e progressivo levantamento das restrições à circulação de pessoas, a inversão da procura, se tudo correr bem, só se deverá verificar a partir de meados do ano.

Daí a importância de se concretizar a recuperação económica do Grupo SATA, para que este continue a ser maioritariamente público, servindo os Açores, como nenhuma outra empresa o fará.



Intervenção sobre Políticas Públicas de Turismo e Transportes

É neste contexto que qualquer reforma do sistema de transportes aéreos inter-ilhas, deve ser bem pensada, no seu desenho e nas suas tarifas. Não pode o Governo prometer tarifas e iludir custos.

É neste cenário de incerteza e de retração nas companhias aéreas, que o Governo pondera liberalizar as *gateways* de Santa Maria, Pico e Faial, talvez esperando que o mercado, por sua iniciativa, extinga os voos diretos para estas ilhas.

Não se deve, pois, alterar o modelo de mobilidade aérea com o Continente como se nada tivesse acontecido nos últimos e as companhias aéreas não estivessem, diariamente, a suprimir voos para a Região. Manda a prudência e o bom senso que se espere e se estude o desenrolar da atual situação.

A primeira obrigação do Governo, neste momento, é diligenciar que a retoma futura é acompanhada pela oferta de lugares das companhias aéreas, retirando assim qualquer constrangimento à mobilidade.

É também fundamental prosseguir os incentivos à frota marítima de tráfego local no seu papel de apoio à economia das ilhas, bem como assegurar a continuação do transporte marítimo de passageiros e viaturas inter-ilhas através de Obrigações de Serviço Público remuneradas, de forma a potenciar o mercado interno.

Relativamente ao modelo de cabotagem insular este não acarreta, presentemente, custos ao contribuinte, e deve ser melhorado, desde que sem encargos adicionais e considerando as limitações da legislação comunitária.



Intervenção sobre Políticas Públicas de Turismo e Transportes

Senhor Presidente da Assembleia

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente do Governo

Senhoras e Senhores Membros do Governo

Termino, esperando ter cumprido na minha intervenção: ou seja, ter falado do que, nestes setores, mais interessa para o futuro.

Olho o passado, neste percurso autonómico que despontou com o 25 de Abril, com muito orgulho na condição açoriana: do tempo em que o meu partido foi oposição e do tempo em que foi governo. Tal como antes, nestes últimos 24 anos fizemos enormes progressos em todos os setores, em relação ao nosso passado como em relação ao nosso País e encurtando distâncias face à Europa em que nos inserimos.

Não serão os ruídos e os alardes desta conjuntura, provindos da maioria parlamentar provisória entretanto constituída, que afetarão a enorme obra que foi empreendida e que tornou para muito melhor – irreconhecível! - a situação em setores como as do turismo ou dos transportes em 2020 face a 1996, como assim foi em 1996 face a vinte anos antes.

Encaramos a mudança de governo em democracia, como uma circunstância normal, mesmo que por virtude de alianças partidárias anormais. Porém, como dizia o filósofo, ainda antes de Cristo, “Nenhum vento sopra a favor de quem não sabe para onde ir”. Não tenho qualquer angústia sobre o futuro do governo, nem isso me inquieta, mas, ouvido o governo nestes debates, tenho toda a preocupação sobre o futuro dos Açores.

Aqui estaremos, todavia, para servir. Não para servir o governo, mas para servir os Açores.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 11 de dezembro de 2020

O Deputado Regional: Francisco César